

A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE ESCOLAR ADEQUADO NO PROCESSO DE NEURORREABILITAÇÃO INFANTIL

Lívia Sousa de Maria¹

Eitor Vasconcelos Leite²

Prof. Me. Francélia Maria Almeida Sales³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a importância de um ambiente escolar adequado no processo de neuroreabilitação infantil, investigando de que forma a escola pode atuar como um espaço fundamental para a estimulação cognitiva e motora de crianças que possuem uma lesão no cérebro. A pesquisa, de abordagem qualitativa, concentra-se na identificação e análise dos aspectos legais que envolvem a Pessoa com Deficiência, o papel da escola nesse processo, os aspectos que podem contribuir positivamente e examina as barreiras que podem interferir negativamente no aprendizado e no desenvolvimento desses indivíduos. Permitindo uma análise aprofundada dos fatores que impactam diretamente a neuroreabilitação dentro do contexto escolar. Os resultados indicam que a escola deve ser um ambiente inclusivo, oferecendo acesso equitativo à educação para todos os alunos, independentemente de suas condições. Para isso, é fundamental que a instituição conte com profissionais capacitados, implemente adaptações curriculares e recursos pedagógicos adequados, e garanta acessibilidade arquitetônica, de modo a proporcionar um ambiente que favoreça o aprendizado de todos os estudantes. Os dados revelam, assim, a complexidade de integrar diferentes aspectos legais, pedagógicos e estruturais de maneira eficaz no ambiente escolar. O estudo utiliza a School Function Assessment (SFA) como referencial teórico, uma ferramenta importante para avaliar a participação, o desempenho e os níveis de auxílios de alunos com deficiência e como ela pode apoiar a promoção de uma verdadeira inclusão educacional. A SFA oferece dados valiosos sobre a funcionalidade dos estudantes, possibilitando a criação de estratégias de ensino mais eficazes e individualizadas, contribuindo para a sua plena participação no ambiente escolar. Assim, o estudo visa não apenas a melhoria do atendimento educacional, mas também o fortalecimento da formação dos profissionais da educação, com vistas à construção de uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

Palavras-chave: NEURORREABILITAÇÃO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SCHOOL FUNCTION ASSESSMENT (SFA), ADAPTAÇÕES CURRICULARES, ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

¹ Lívia Sousa de Maria, Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, liviasousademaria@gmail.com;

² Eitor Vasconcelos Leite, Graduando pelo Curso de Pedagogia do Centro Universitário Maurício de Nassau - Fortaleza-CE, eitor.pedagogia@gmail.com;

³ Francélia Maria Almeida Sales, Pedagoga. Mestre em Educação Profissional em Saúde – Fiocruz; Docente do Centro Universitário Maurício de Nassau – Fortaleza-CE, fran2429@homail.com.



INTRODUÇÃO

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, que acolha a diversidade humana em todas as suas formas, é um dos maiores compromissos e também desafios da educação contemporânea. No Brasil, os avanços legais conquistados nas últimas décadas, como a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), têm promovido importantes transformações no modo como os sistemas educacionais devem se organizar para garantir o direito à educação a todos os estudantes, especialmente àqueles com deficiências.

No entanto, a efetivação desses direitos no cotidiano escolar ainda enfrenta uma série de desafios práticos, sobretudo quando se trata de crianças que apresentam lesões cerebrais e demandam processos de neuroreabilitação contínuos e integrados a um contexto escolar e familiar adequado.

As lesões cerebrais na infância, sejam elas congênitas ou adquiridas, comprometem o desenvolvimento neurológico de forma variável, impactando diretamente funções cognitivas, motoras, comportamentais e, conseqüentemente, sociais. De acordo com Fonseca (2015), o desenvolvimento do sistema nervoso central é um processo contínuo e integrado, no qual cada etapa da maturação cerebral influencia a formação das habilidades cognitivas e psicomotoras. Quando ocorre uma interrupção nesse processo, como nas lesões cerebrais, podem surgir dificuldades relacionadas à aprendizagem, à linguagem, à atenção e ao comportamento.

Diante disso, torna-se essencial compreender que a reabilitação desses sujeitos não se restringe aos atendimentos clínicos especializados, mas exige a articulação com os demais espaços de convivência da criança, sendo a escola um dos mais significativos. Nesse sentido, a instituição escolar pode e deve ser compreendida como um ambiente aliado no processo de neuroreabilitação, sendo responsável também por atuar nos processos de estimulação cognitiva e motora.

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância de um ambiente escolar adequado e inclusivo no processo de neuroreabilitação infantil, investigando como a escola pode se constituir como um espaço de apoio ao desenvolvimento cognitivo e motor de crianças com lesão cerebral. A investigação parte da premissa de que a neuroreabilitação efetiva não pode estar dissociada do contexto educacional, uma vez que este representa uma parte central da rotina e da vida social da criança. Para isso, o estudo propõe uma análise



crítica dos aspectos legais que garantem o direito à educação inclusiva, do papel da escola na promoção do desenvolvimento global e das barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais que ainda dificultam a plena inclusão desses estudantes.

Como referencial metodológico e teórico, adota-se a *School Function Assessment* (SFA), instrumento desenvolvido para avaliar de forma ampla a funcionalidade dos alunos com deficiência no contexto escolar. A SFA permite mapear não apenas o desempenho funcional dos estudantes em diversas tarefas cotidianas da escola, como também o nível de participação e os suportes necessários para sua autonomia e inclusão, em consonância com os princípios da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (WHO, 2001), que compreende a deficiência a partir da interação entre aspectos biológicos e contextuais. Sua utilização neste estudo tem como objetivo subsidiar a compreensão das reais demandas desses alunos, de forma a contribuir com a formulação de práticas pedagógicas mais eficazes, individualizadas e coerentes com os princípios da educação inclusiva.

A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa busca compreender como a escola pode promover a participação ativa da criança com lesão cerebral em atividades escolares regulares, respeitando suas especificidades e favorecendo seu desenvolvimento integral. Para isso, analisa-se o papel dos profissionais da educação nesse processo, bem como a importância de formação continuada e suporte institucional para que possam atuar de forma colaborativa com outras áreas, como a saúde e a assistência social.

Além disso, são discutidas as condições estruturais e organizacionais da escola, incluindo a acessibilidade arquitetônica, os recursos pedagógicos disponíveis e a adequação curricular, como elementos centrais para a garantia do direito à educação com qualidade. Tais aspectos, quando articulados a partir de uma perspectiva intersetorial e centrada na criança, favorecem não apenas a aprendizagem, mas também a autonomia e a qualidade de vida desses estudantes.

Portanto, este estudo busca contribuir para o fortalecimento de práticas educacionais mais inclusivas e comprometidas com a promoção de uma escola democrática, na qual todas as crianças possam desenvolver plenamente seu potencial. Ao evidenciar a relevância da articulação entre educação e reabilitação, pretende-se também ampliar o olhar sobre o papel da escola como agente fundamental no desenvolvimento global da criança.

METODOLOGIA



Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, voltada à análise do papel da escola no processo de neuroreabilitação de crianças com lesão cerebral. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão aprofundada das práticas, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos que atuam diretamente no processo de inclusão educacional e desenvolvimento infantil.

Participantes

Os sujeitos da pesquisa foram psicopedagogas e docentes atuantes em contextos escolares e/ou clínicas que acompanham crianças com lesão cerebral inseridas no sistema educacional. A escolha por essas profissionais justifica-se por sua atuação na interface entre os processos de aprendizagem e as condições neurológicas que impactam o desenvolvimento cognitivo e motor. A seleção foi realizada de forma intencional, com base em critérios como experiência com educação inclusiva, atendimento a crianças com deficiência e participação em contextos interdisciplinares de acompanhamento escolar.

Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semi estruturadas, guiadas por um roteiro com perguntas abertas, permitindo explorar com profundidade as percepções das psicopedagogas sobre o papel da escola no processo de neuroreabilitação infantil. Os temas abordados incluíram a articulação entre saúde e educação, as barreiras enfrentadas no contexto escolar, os recursos e estratégias pedagógicas utilizados e o envolvimento da família e da escola no processo de desenvolvimento dos estudantes com lesão cerebral.

As entrevistas foram gravadas com autorização das participantes e posteriormente transcritas para análise.

Referencial teórico-metodológico

Como base para a análise e interpretação dos dados, foram utilizados referenciais teóricos que abordam a inclusão escolar, a neuroreabilitação e a atuação psicopedagógica. Um dos principais materiais bibliográficos utilizados foi o *School Function Assessment* (SFA), que, embora não tenha sido aplicado diretamente neste estudo, foi incorporado como referencial conceitual. A SFA contribuiu para estruturar a análise ao oferecer categorias que



envolvem funcionalidade, participação e suporte necessário no ambiente escolar, ampliando a compreensão sobre as demandas educacionais de crianças com deficiência.

Análise dos dados

Os dados foram organizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). A análise se deu em três etapas: pré-análise (leitura flutuante e organização do material), exploração do conteúdo (codificação e categorização dos dados) e interpretação à luz do referencial teórico. A triangulação entre os relatos das psicopedagogas e os conceitos da literatura especializada fortaleceu a construção das categorias analíticas.

Considerações éticas

Esta pesquisa seguiu os princípios éticos definidos pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi submetido e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa, e todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando sigilo, voluntariedade e anonimato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas com três profissionais que atuam em diferentes frentes da educação inclusiva e da saúde. A primeira é pedagoga com experiência em coordenação escolar e atendimento a alunos com deficiência, trazendo contribuições relacionadas ao cotidiano escolar, às dificuldades estruturais e à organização pedagógica. A segunda é profissional da educação e saúde, com formação em psicopedagogia e fonoaudiologia, atuando em interface com escolas e famílias, e oferecendo uma visão interdisciplinar sobre o processo de neuroreabilitação. A terceira entrevistada é professora com mais de 20 anos de experiência, com formação em pedagogia, especialização em Educação Inclusiva e atuação em escolas regulares, além de aprofundamento recente em arteterapia. Sua trajetória evidencia o pioneirismo na área, ao vivenciar a transição do modelo de educação especial para a educação inclusiva, e traz reflexões críticas sobre os desafios, barreiras e potencialidades da prática escolar.

A análise conjunta das entrevistas revelou que a inclusão de crianças com lesão cerebral no espaço escolar constitui um processo multifacetado, atravessado por dimensões legais,



pedagógicas, estruturais e atitudinais. Essa complexidade confirma o que defende Paulo Freire (1996): a educação é um ato político e ético, devendo estar a serviço da humanização e da emancipação dos sujeitos. No entanto, a prática ainda está distante desse ideal.

Um ponto comum nos depoimentos foi a fragilidade da formação inicial docente. A terceira entrevistada relatou que, em sua graduação, não havia qualquer disciplina obrigatória sobre inclusão; apenas após mobilização estudantil foi criada uma disciplina optativa de Educação Especial. Essa lacuna evidencia o descompasso entre as demandas reais da escola e a formação oferecida nas universidades. Como aponta Vygotsky (1991), o desenvolvimento humano depende da mediação social, e cabe ao professor, como mediador, criar condições de aprendizagem que valorizem as singularidades. Contudo, para isso, a formação docente precisa contemplar, desde o início, a diversidade e a inclusão.

As barreiras arquitetônicas também foram fortemente destacadas, como a ausência de rampas, banheiros adaptados e parques acessíveis. A superlotação das salas de aula, apontada pela terceira entrevistada, agrava o cenário, tornando inviável um olhar mais individualizado. Essa realidade confirma a análise de Mittler (2003), que ressalta que a inclusão vai além da matrícula, exigindo condições reais de acesso e permanência. Aqui, a *School Function Assessment (SFA)* mostra-se fundamental, pois permite identificar em quais ambientes e atividades a criança encontra maiores restrições, orientando adaptações arquitetônicas e organizacionais.

Outro ponto recorrente foi a rigidez curricular e a dificuldade de adaptações pedagógicas significativas. Uma das entrevistadas relatou o desafio vivido em escolas conteudistas, nas quais se exigia de alunos com paralisia cerebral o mesmo padrão de escrita que dos demais. Ao optar por valorizar a oralidade e outras habilidades, ela enfrentava cobranças institucionais, revelando o quanto a escola ainda resiste a flexibilizar suas práticas. Esse dado reforça as críticas de Mantoan (2003), que defende a flexibilização curricular como condição para uma inclusão verdadeira. Nesse aspecto, a SFA contribui ao indicar as tarefas em que o desempenho da criança está comprometido, subsidiando a elaboração de Planejamentos Educacionais Individualizados (PEI) mais autênticos, voltados às necessidades reais do estudante.

A avaliação, tema presente nas falas da terceira entrevistada, também merece destaque. Ao relatar que atribuía nota a partir do progresso individual da criança, e não em comparação



com seus pares, ela evidencia uma prática inclusiva que valoriza o desenvolvimento singular. Essa postura dialoga com a crítica de Skliar (2003) ao discurso da normalidade, que tende a nivelar todos os alunos por padrões homogêneos, ignorando suas diferenças. A SFA, ao oferecer registros objetivos sobre evolução funcional, pode fortalecer essa visão, tornando a avaliação mais justa e significativa.

Outro aspecto emergente foi a discussão sobre o papel da escola regular e da escola especializada. Uma das entrevistadas destacou que a obrigatoriedade da inclusão, interpretada de forma equivocada, levou ao fechamento de muitas instituições especializadas, privando algumas famílias da possibilidade de escolha. Em sua visão, nem todas as crianças se beneficiam igualmente da escola regular; para algumas, a inclusão nesses moldes pode representar exclusão. Essa reflexão complexifica o debate e confirma a necessidade de políticas educacionais mais flexíveis, capazes de integrar diferentes modalidades sem hierarquizá-las.

As entrevistas também evidenciaram a relevância do trabalho interdisciplinar. Todas ressaltaram a necessidade de articulação entre escola, família e profissionais de saúde, condição essencial para garantir continuidade às conquistas obtidas em ambiente clínico e para que as adaptações escolares façam sentido no cotidiano da criança. Essa intersectorialidade se aproxima da noção de zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky (1991), pois permite que a criança avance em suas aprendizagens com o suporte adequado. A SFA pode ser um elo nessa integração, ao produzir relatórios claros que orientam tanto educadores quanto terapeutas e familiares.

Outro destaque foi a arte como recurso pedagógico. A terceira entrevistada relatou como a arteterapia tem potencial para favorecer a expressão e o desenvolvimento das crianças, especialmente as que apresentam dificuldades na comunicação. Essa prática se conecta à perspectiva de Freire (1996), para quem a educação deve valorizar a cultura, a criatividade e a expressão dos sujeitos, e amplia o repertório de estratégias inclusivas possíveis no ambiente escolar.

Por fim, os depoimentos convergem ao reconhecer a escola como espaço real de inclusão, onde a criança vivencia interações sociais, cognitivas e emocionais que não podem ser reproduzidas integralmente em clínicas ou no ambiente familiar. Essa visão está em consonância com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, que entende o aprendizado



como condição para o desenvolvimento. Ao avaliar participação, desempenho e necessidade de apoio, a SFA ajuda a transformar essa concepção em prática, fundamentando adaptações arquitetônicas, curriculares e pedagógicas.

Em síntese, a inclusão de crianças com lesão cerebral exige superar barreiras estruturais, curriculares e atitudinais, fortalecer a formação docente e consolidar políticas públicas integradas. As falas das três entrevistadas, uma coordenadora pedagógica, uma psicopedagoga que atua dentro de um hospital e uma professora experiente em educação inclusiva, revelam, cada uma a seu modo, que a inclusão é possível, mas requer coragem, investimento e responsabilidade compartilhada. A SFA, articulada a referenciais pedagógicos como os de Freire, Vygotsky, Mantoan, Mittler e Skliar, emerge como ferramenta estratégica para aproximar o ideal da inclusão da prática cotidiana, construindo uma escola que seja ao mesmo tempo espaço de aprendizagem e forte aliada no processo de neuroreabilitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o ambiente escolar adequado desempenha papel fundamental no processo de neuroreabilitação infantil, configurando-se como um espaço capaz de potencializar o desenvolvimento cognitivo, motor e social de crianças com lesão cerebral. A pesquisa demonstrou que a efetivação da inclusão escolar vai muito além do cumprimento legal, exigindo a integração de aspectos pedagógicos, estruturais, atitudinais e intersetoriais.

Os resultados revelam que barreiras arquitetônicas, curriculares e atitudinais ainda comprometem a plena participação desses estudantes, destacando a necessidade de adaptações físicas, flexibilização curricular, recursos pedagógicos apropriados e, sobretudo, de uma formação docente contínua, que prepare os profissionais para atender à diversidade de forma consciente e qualificada. Além disso, a articulação entre escola, família e profissionais de saúde se mostrou indispensável para a continuidade da neuroreabilitação e para a consolidação de aprendizagens significativas.

O estudo também ressaltou a importância da utilização de instrumentos avaliativos, como a School Function Assessment (SFA), que fornece dados objetivos sobre a funcionalidade, a participação e os suportes necessários para a inclusão efetiva. A SFA



emerge como ferramenta estratégica para orientar Planejamentos Educacionais Individualizados, subsidiar decisões pedagógicas e fortalecer a comunicação interdisciplinar, promovendo intervenções mais adequadas e personalizadas.

Por fim, evidencia-se que a inclusão escolar, quando compreendida como compromisso ético, político e pedagógico, contribui para o desenvolvimento integral das crianças com lesão cerebral, portanto, assume um papel central na neuroreabilitação infantil, sendo um espaço de aprendizagem, interação social e promoção de cidadania, no qual todos os estudantes podem desenvolver plenamente seu potencial.



APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PSICOPEDAGOGAS QUE ATUAM NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

- 1- Gostaríamos de conhecer sobre sua história dentro da Educação Inclusiva. Nos conte sobre suas experiências na área.
- 2- Em sua experiência, quais são os principais desafios enfrentados por crianças com lesão cerebral no ambiente escolar?
- 3- Qual o papel da neuroreabilitação no contexto educacional, na sua visão?
- 4- De que forma a escola pode contribuir positivamente para o processo de neuroreabilitação?
- 5- Quais as barreiras encontradas na escola podem afetar o desenvolvimento das crianças com lesão cerebral?
- 6- Como você vê a articulação entre escola, família e profissionais da saúde no acompanhamento dessas crianças?
- 7- Na sua opinião, o que ainda precisa mudar para que a escola seja, de fato, um espaço inclusivo e promotor de desenvolvimento para crianças com lesão cerebral?
- 8- Como enxerga o Planejamento Educacional Individualizado nesse processo?
- 9- Quais estratégias ou recursos pedagógicos você considera mais eficazes no trabalho com crianças com lesão cerebral?
- 10- Como a formação de professores pode contribuir para o desenvolvimento de práticas de ensino mais inclusivas, especialmente voltadas para crianças com lesão cerebral?
- 11- Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado, mas considera relevante?



APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

Título do Projeto: A Importância do Ambiente Escolar Adequado no Processo de Neuroreabilitação Infantil.

Pesquisador(es): Livia Sousa de Maria e Eitor Vasconcelos Leite.

Instituição: Congresso Nacional de Educação

Contato: liviasousademaria@gmail.com; eitor.pedagogia@gmail.com - (85) 98593-5580.

1. Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo que tem como objetivo compreender a importância do ambiente escolar adequado no processo de neuroreabilitação de crianças com lesão cerebral. Sua participação é voluntária e você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer penalização.

2. Procedimentos

Se você concordar em participar, será solicitado que você participe de uma entrevista online e individual. A duração estimada da sua participação é de 1 hora e meia.

3. Riscos e Benefícios

Não há riscos associados à sua participação, pois dados pessoais não serão revelados. No entanto, sua participação pode trazer benefícios ao compartilhar suas experiências dentro da educação inclusiva, que servirá de aporte para a escrita de um artigo que tem como objetivo pesquisar sobre a importância do direito aos suportes legais e a importância da parceria entre escola, família e terapias para o processo de neuroreabilitação da criança.

4. Confidencialidade

Todas as informações coletadas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para fins de pesquisa. Os dados serão armazenados de forma segura e apenas os pesquisadores terão acesso a eles.

5. Consentimento

Ao assinar este termo, você concorda em participar do estudo e confirma que teve a oportunidade de fazer perguntas e que suas dúvidas foram esclarecidas.

6. Contato para Dúvidas

Se você tiver alguma dúvida sobre o estudo, pode entrar em contato com o pesquisador responsável pelo e-mail liviasousademaria@gmail.com ou pelo telefone (85) 98593-5580.

Declaro que li e compreendi as informações acima e concordo em participar deste estudo.

Nome do Participante:

Assinatura do Participante: _____

Data:



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- FONSECA, V. da. **Psiconeurologia e aprendizagem: uma abordagem neuropsicológica e psicopedagógica.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WHO – World Health Organization. *International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF).* Geneva: World Health Organization, 2001.

